



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

60
anos

Ensaio

Texto recebido em: 27 nov. 2023. Texto aprovado em: 26 jan. 2024.

SANTOS, Solange Laurentino dos; SANTOS, Marcelo Olímpio dos. O processo de urbanização e desigualdades – padrões socioespaciais e perspectivas para o desenvolvimento sustentável no Recife. *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proexc, Recife, v. 40, n. 2, p. 95-133, jul./dez. 2023.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2023.260417>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E DESIGUALDADES – PADRÕES SOCIOESPACIAIS E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO RECIFE

THE PROCESS OF URBANIZATION AND INEQUALITIES - SOCIO-
SPATIAL PATTERNS AND PERSPECTIVES FOR SUSTAINABLE
DEVELOPMENT IN RECIFE

Solange Laurentino dos Santos

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Doutora em Saúde Pública

E-mail: solange.lsantos@ufpe.br

 <https://orcid.org/0000-0002-6405-3959>

 <http://lattes.cnpq.br/6809311543410344>

Marcelo Olímpio dos Santos

Prefeitura da Cidade do Recife -PE

Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente

E-mail: marolimpiosantos@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-8660-1103>

 <http://lattes.cnpq.br/8562833040095603>

Resumo

O processo de urbanização nas cidades brasileiras, que aconteceu sem o adequado planejamento, implicou o agravamento das desigualdades socioespaciais, provocando, com isso, uma série de consequências para a vida dos seus habitantes. Os grandes aglomerados urbanos permanecem com inadequadas condições de habitação e acesso precário aos serviços públicos de saúde, em um contexto caracterizado por problemas de moradia, falta de saneamento ambiental, ocorrência de doenças negligenciadas e baixa qualidade de vida. Este ensaio objetiva analisar os padrões socioespaciais na cidade do Recife, relacionando-os com as perspectivas para

alcançar a sustentabilidade do seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que resgata o seu processo histórico de urbanização para refletir sobre os problemas urbanos da atualidade. Para isto, foi analisado um Indicador de Habitabilidade, composto por variáveis do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Observou-se, assim, que a desigualdade estrutural e histórica é refletida nas condições de habitabilidade da maioria dos moradores da cidade. Tal desigualdade é resultado da própria lógica de reprodução do espaço urbano no Brasil, indicando que, por essa perspectiva, o Recife não está no caminho para alcançar as metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU)

Palavras-chave: desigualdades socioespaciais. desenvolvimento sustentável. espaço urbano. geografia da cidade. Recife.

Abstract

The urbanization process in Brazilian cities, which happened without adequate planning, has resulted in the worsening of socio-spatial inequalities, thus causing a series of consequences for its inhabitants' lives. The large urban agglomerations still show inadequate housing conditions and precarious access to public health services, in a context characterized by problems with housing, absence of environmental sanitation, occurrence of neglected diseases and a low quality of life. This essay aims to analyze the socio-spatial patterns in the city of Recife, relating them with perspectives aimed at achieving the sustainability of its development, at the same time it presents the city's historical urbanization process, in order to reflect on current urban problems. In this sense, a Habitability Indicator, composed of variables from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)'s 2010 Demographic Census, was analyzed. It was thus observed that the structural and historical inequality is reflected in the habitability conditions of the majority of the city's residents. Such inequality is a result of the very logic of the reproduction of urban space in Brazil, indicating that, from this perspective, Recife is not on track to achieve the goals of the 2030 Agenda for Sustainable Development.

Keywords: socio-spatial inequalities. sustainable development. urban space. city geography. Recife.

INTRODUÇÃO

A urbanização é um fenômeno mundial que foi impulsionado pelo processo de industrialização e se acelerou e intensificou significativamente durante o século XX (Maricato, 2000). No Brasil, o referido processo se intensificou, notoriamente, a partir da segunda metade do século XX, influenciado pela etapa de industrialização baseada na substituição de importações. Esta possibilitou a ampliação e diversificação da fabricação de bens duráveis e bens de produção, contribuindo significativamente para a alteração do modo de vida dos consumidores e, conseqüentemente, impactando o uso do solo e a produção da moradia, especialmente nos grandes centros urbanos (Santos, 2005; Tavares; Belluzzo, 1979).

Neste sentido, as cidades sofreram profundas transformações, o que pode ser constatado pela expressiva elevação da taxa de crescimento da população brasileira residente em áreas urbanas, que saiu de 36%, em 1950, para aproximadamente 84,9%, em 2010 (IBGE, 1950; 2010). Sob as condições perversas inerentes ao modo de produção capitalista brasileiro, o referido crescimento ocorreu de maneira insustentável, agravando as desigualdades socioespaciais expressas pelas sofríveis condições de uso e ocupação do solo, de habitabilidade dos grupos populacionais e do meio ambiente urbano (Baggio, 2016; Villaça, 2001).

De acordo com Maricato (2008, p. 132), uma questão central para a maioria dos países latino-americanos refere-se ao modo como se tem dado o acesso à terra urbanizada pela população mais pobre,

pois, conforme a autora: *“o acesso ao mercado privado é tão restrito e as políticas sociais tão irrelevantes que à maioria da população sobram apenas alternativas ilegais ou informais”*.

Assim, é possível notar que os grandes aglomerados urbanos são constituídos, em grande medida, por locais com condições inadequadas de habitação que não possuem acesso aos serviços sociais básicos, como os de saúde. Dessa maneira, nessas regiões, o impacto de doenças, como dengue, leishmaniose e doença de Chagas, é potencializado. Essa realidade pôde ser constatada claramente durante o período da pandemia da Covid-19, quando ficaram evidentes as dificuldades enfrentadas pela população dessas zonas no cumprimento dos protocolos sanitários.

As diferentes configurações socioespaciais da cidade, portanto, podem expressar a forma de organização do espaço e revelar as condições de vida da população. O processo de urbanização sem o adequado planejamento urbano acarretou um conjunto de problemas, considerados por Castilho (2017, p. 351) *“como próprios de uma racionalidade técnico-instrumental capitalista”*. Neste contexto, é de suma importância compreender como se organizam os territórios, bem como as suas relações transversais com questões ambientais, sociais, culturais, econômicas e políticas.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRO

A urbanização ocorreu de maneira diferente nos países desenvolvidos e naqueles em desenvolvimento. Nos países desenvolvidos, a urbanização aconteceu passo a passo com a Primeira e a Segunda Revolução Industrial em um processo lento e espaçado, o que resul-

tou em uma rede urbana mais densa e interligada, com espaços melhor estruturados.

Conforme Santos (1996), nos países em desenvolvimento, como o Brasil, a urbanização emergiu de forma mais recente, acontecendo só após a Segunda Guerra Mundial. Esse processo foi mais acelerado e concentrado em um número reduzido de cidades, o que gerou diferenciações no grau de urbanização e, consequentemente, níveis extremos de urbanidade em algumas localidades.

Oliveira (2014, p. 177) compreende que um importante componente que contribuiu para a formação do capitalismo periférico¹, característico dos países em desenvolvimento, foi o poder que os grandes proprietários ligados às antigas atividades coloniais mantiveram sobre o Estado. Para a autora:

(...) por trás da condição primário-exportadora dessas economias de finais do século XIX até a crise de 1929, está uma oligarquia que conseguiu, a partir de relações privilegiadas com o exterior, aumentar a produtividade de suas atividades, absorvendo progresso técnico e voltando-as para a exportação.

Nessa perspectiva, os países da América Latina obtiveram um crescimento industrial dependente da tecnologia estrangeira, que levou a uma urbanização composta por sítios sociais, vinculados às desiguais apropriações do território, constituindo-se áreas de segregação, definido por Villaça (2011, p. 141), como *“um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se*

1 “Capitalismo periférico é um conceito econômico utilizado para referir-se a países subdesenvolvidos e capitalistas” (IPEA, 2023).

concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole”.

Dessa forma, o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, aperfeiçoando-os às suas exigências funcionais e transformando, assim, certos pontos mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outros locais mais valorizados.

No Brasil, a taxa de urbanização foi intensificada nas décadas de 1960 e 1970, quando a população de residentes das áreas urbanas ultrapassou os da área rural. Em 2010, a população urbana chegou a cerca de 161 milhões de pessoas, o que representou um aumento de 142 milhões de habitantes nas cidades brasileiras nos últimos 60 anos. Em 2022, a população do Brasil correspondeu a 203.062.512 milhões de habitantes, representando um crescimento populacional de 6,45% desde a pesquisa do Censo de 2010 (IBGE, 2022).

Para Cano (2011), a grande explosão das cidades brasileiras a partir da década de 70 trouxe consigo o “caos urbano”. Isto é, apesar do período registrar um bom crescimento econômico com um relativo fortalecimento do mercado interno e desenvolvimento das forças produtivas, assalariamento crescente e modernização da sociedade, também trouxe muitos problemas relacionados ao transporte, habitação, água, esgoto, saúde, educação, emprego e violência.

Sobre este assunto, Sposito (2012, p. 124) afirma que:

A diferenciação socioespacial é marca das cidades, desde os primórdios da urbanização. Não há cidade sem divisão social do trabalho, o que pressupõe sempre uma divisão territorial do trabalho. Esta divisão estabelece-se diferentemente, no decorrer do longo processo de urbanização.

De acordo com Corrêa (2005), os processos de organização espacial são caracterizados pelos diferentes usos da terra, intercedidos pela ação de diferentes agentes sociais e dirigidos pelos proprietários dos meios de produção, proprietários de terras ou pelos promotores imobiliários, todos com mediação do Estado.

As diferenças entre as áreas são decorrentes da situação socioeconômica de cada grupo, porque tanto a habitação como a terra dependem do valor agregado a elas pelos mecanismos de mercado, os quais, por sua vez, costumam ser altos e acabam excluindo uma parcela considerável da população, que decide por buscar moradia em áreas irregulares e, quando possível, nas proximidades da área central. Portanto, as desigualdades socioespaciais se estruturam ao longo do tempo e não estão restritas a um fator específico, mas são socialmente produzidas com dimensões inseparáveis, sejam elas sociais, ambientais, econômicas ou políticas, as quais podem apresentar diferentes combinações, intensidades e níveis.

CARACTERÍSTICAS DA URBANIZAÇÃO DA CIDADE DO RECIFE

A cidade do Recife, em Pernambuco, é um território que possui uma população de 1.488.920 habitantes para o ano de 2022 (IBGE, 2023), ocupando uma área de 218,84 km². Deste modo, a sua densidade demográfica é de 6.803,60 hab./km², concentrando 16,44% da população do estado e 39,95% da população da Região Metropolitana do Recife (IBGE, 2022). A figura 1 apresenta a localização da cidade do Recife.

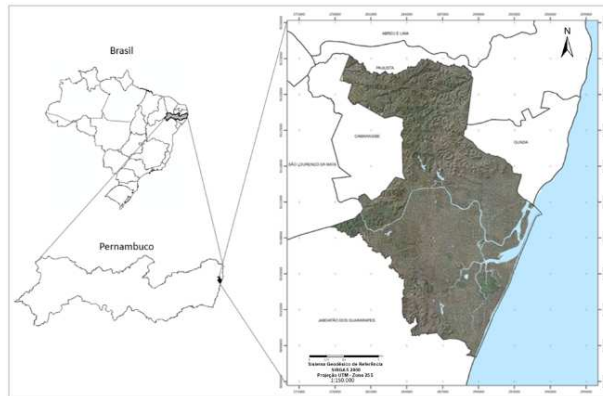


Figura 1. Localização do município do Recife, Pernambuco, Brasil

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do IBGE (2020).

O Recife é formado por 94 bairros e 6 Regiões Político-Administrativas (RPA). Entre 1940 e 1970, ocorreu no município o mais intenso crescimento demográfico, com uma taxa na ordem de 4,45% ao ano para a última década do período. A cidade também conta com 545 Comunidades de Interesse Social (CIS), assentamentos urbanos “informais” que ocupam 32% do território e abrigam 61% das moradias. Estas comunidades estão predominantemente localizadas nas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS.

Neste sentido, o estudo sobre a cidade do Recife nos leva a um exercício de investigação que possibilita a compreensão da configuração físico-territorial do seu espaço a partir das diferenças que foram se consolidando ao longo de sua história. Uma primeira consideração sobre a cidade é que sua ocupação inicial ocorreu em função das condições favoráveis à existência de um porto, o qual Bernardes (1996, p. 13-14) considera como “elemento essencial em uma economia colonial produtora e exportadora de bens primários e importadora de bens manufaturados”.

A constituição inicial do povoamento da cidade é destacada por Mello (1992, p. 265-266), que ressalta a existência de um movimento “*economicamente importante, que vem do interior no sentido do porto*” cuja base está ancorada nos engenhos de açúcar estabelecidos no século XVI às margens do rio Capibaribe. No século XVII, a intervenção holandesa (1630 - 1654) foi decisiva para a formação do núcleo urbano do Recife. De acordo com Reynaldo *et al.* (2013, p. 888), sua expansão foi apoiada “no escasso traçado da organização urbana colonial do século XVI, iniciando-se a ocupação holandesa, que marca o começo do processo de urbanização da cidade”.

Os holandeses, durante o seu curto período de ocupação, transformaram o Recife em um destacado centro. Em 1637, segundo Gomes (2007, p.76), “é instalada a sede do governo holandês, passando os holandeses a povoar a Ilha dos Navios, também chamada Antônio Vaz, iniciando o crescimento do Recife na direção Porto-Ilha dos Navios”.

O uso de técnicas de construção de aterros, canais e pontes, além da construção de fortes para impedir os ataques ao Recife, foi desenvolvido pelos holandeses, “*baseados no plano urbanístico do arquiteto Peter Post*”, determinante para a formação da parte central da cidade (Reynaldo *et al.*, 2013, p. 889). O Recife foi se expandindo, modificando sua paisagem e, em 1814, a introdução de novas tecnologias nos engenhos de produção açucareira do estado provocou repercussões na sua economia e nas modificações urbanas realizadas.

Nesta época, também começaram a melhorar os meios de transporte e a desenvolver o transporte terrestre sobre trilhos:

Em meados do século XIX, o Recife demonstra nitidamente uma configuração radial composta por um núcleo central, próximo ao porto e um conjunto de pequenas povoações nas margens dos rios, ao longo das principais linhas de transporte que convergem para o porto (Barros Filho, 2009, p. 201).

Ao final do século XIX, a cidade foi marcada com um novo fato histórico e socioeconômico: o fim do tráfico de escravos. Estes passaram a ser “livres”, porém sem terra e sem trabalho.

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. (...) Essas facetas da situação (...) imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel (Fernandes, 1978, p. 1).

A tecnificação dos engenhos os aumentou da sazonalidade do trabalho na monocultura da cana, provocando uma migração do rural para o urbano que, conseqüentemente, proporcionou a formação de novos segmentos sociais como biscateiros, trabalhadores livres, operários e comerciantes, que passaram a contribuir com uma nova feição territorial em decorrência do aumento de mocambos e vilas operárias, porém:

Desde 1831, muitos alagados são incorporados ao Patrimônio da União e são apropriados pelas classes mais abastadas mediante o pagamento de foro à União. Esses foreiros passam a cobrar dos mocambeiros o aluguel do chão ou começam a expulsá-los. O

rendimento proveniente do foro torna-se um ótimo negócio para as classes mais abastadas. Além disso, os alagados aterrados pelos mocambeiros, ao se tornarem áreas firmes, adquirem maior valor de troca, tornando-se uma mercadoria altamente disputada (Barros Filho, 2009, p. 203-204).

Em 1890, as indústrias têxteis começaram a ser instaladas nos bairros da Macaxeira e da Várzea. O transporte de canoa, muito comum até metade do século XIX, principalmente no Capibaribe, começou a declinar e foi substituído por botes a partir do momento em que casarões foram construídos com vista para o rio, acompanhados de escadarias e cais.

Singer (1968, p. 307-308 *apud* Bernardes, 1996, p. 58) associa o surgimento das indústrias no Recife à modernização do parque de usinas que contribuiu para:

- a) criar um mercado para certos bens de produção com cal, sacaria, veículos etc.;
- b) ampliar o mercado de bens de consumo ao provocar mudanças profundas nas relações de produção na zona rural com a consequente expansão de economia de mercado em detrimento do setor de subsistência e;
- c) expulsar do campo levas de trabalhadores que iam constituir no Recife verdadeiro exército industrial de reserva.

No início do século XX, a expansão urbana foi sendo acelerada e novos projetos urbanos foram acontecendo além do núcleo central, fazendo surgir novos bairros. O porto foi sendo modernizado e ampliado entre 1909 e 1924, afetando várias áreas demográfica e socialmente. Assim, vai se delineando uma realidade apontada por (Bernardes 1996, p. 59): “a cada momento da história do capi-

tal e das classes sociais, corresponde um momento da fisionomia urbana nas suas mais variadas e complexas manifestações”.

Vale ressaltar que, apesar do crescimento do município, o poder político permaneceu sendo predominantemente dos usineiros e dos fornecedores de cana, inclusive na ocupação de cargos públicos no Executivo e Legislativo, reproduzindo, conforme Bitoun (2006, p. 257), “uma apropriação do solo em cada época, configurada por um círculo vicioso cuja apropriação jurídica vem desde as sesmarias, passando pelo Código Civil até o funcionamento do mercado de terras”.

De acordo com Cezar e Costa (1992), os Censos ocorridos no município do Recife nos anos de 1913 e de 1940 demonstravam que os mocambos da cidade ocupavam 43% e 67%, respectivamente, do território. O crescimento da população na ordem de 46% no período em questão agravou ainda mais a situação, visto que esse aumento elevou de modo significativo o número de moradias sem oferta de bens e serviços coletivos.

A partir dos anos 1930, os mocambos deixaram de estar associados a aspectos urbanísticos e estéticos, passando a ser um problema político com proporções maiores que o período anterior.

O mocambo torna-se um problema eminente político e objeto de intervenções oficiais, sendo considerado o responsável pela deterioração do padrão de vida da população. Para resolver essa situação não há outra alternativa senão a erradicação dos mocambos (Barros Filho, 2009, p. 205).

Em 1939, o governador de Pernambuco, Agamenon Magalhães, criou a Liga Social Contra o Mocambo, entidade privada cuja tarefa era realizar uma grande limpeza e higienização no centro

da cidade, ou seja, remover e extinguir os mocambos. No mesmo ano, foi concluído um recenseamento que constatou a existência de 164.837 habitantes, quase metade da população da cidade, que ocupavam 45.581 mocambos, dos quais apenas aproximadamente 4 mil eram considerados próprios (Barros Filho, 2009, p. 205).

Albuquerque (2006) afirma que, em 1931, surgiu o movimento dos moradores do bairro do Recife como forma de reagir ao tratamento dado pelos governos. Este movimento se intensificou nas décadas de 40 e 50, fundando diversas associações que visavam a posse da terra e reivindicavam equipamentos coletivos e melhoria da qualidade das comunidades por diferentes meios, contando no final da década com um certo apoio de governos populares do estado e município.

No final da década de 1970, é possível perceber dois movimentos opostos de valorização socioespacial. O primeiro valoriza dois setores da cidade considerados carregados de significados sociais como *status*, poder e prestígio, um dos quais localizado na Zona Oeste, especificamente nos bairros do Espinheiro, Graças e Aflitos, enquanto o segundo setor situa-se na Zona Sul, no bairro de Boa Viagem. Por causa disso, esses bairros passaram por um processo de verticalização e adensamento construtivo, se expandindo sistematicamente para os bairros vizinhos.

Por outro lado, nesta mesma década, acontece nos morros de Casa Amarela um dos mais expressivos movimentos de luta pela posse da terra da história do Recife. O sucesso obtido nesse movimento pelas lutas populares multiplicou o número de ocupações em outras regiões da cidade e, entre 1978 a 1983, ocorreram 80 novos assentamentos, envolvendo aproximadamente 150 mil pessoas (Barros Filho, 2009, p. 212).

A partir de 1974, iniciou-se a primeira política oficial de desenvolvimento urbano feita no país, que foi consubstanciada no II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1974).

A primeira fase do processo de metropolização, correspondente sobretudo às décadas de 60 e 70, foi caracterizada por um modelo de crescimento urbano extensivo, isto é, de deslocamento contínuo das margens da área urbana (a fronteira cidade/campo), gerando um desenho do território semelhante a uma mancha de óleo com um centro e uma periferia de forma tentacular em contínua expansão (Lacerda *et al.*, 2000, p. 78).

Nos anos 80, com a implantação do Shopping Recife, localizado no bairro de Boa Viagem, a expansão ganha outros sentidos, se consolidando na faixa de praia dos bairros do Pina e Piedade (município de Jaboatão dos Guararapes), e nos espaços vazios afastados da orla, que se mostram o principal atrativo do mercado imobiliário. Em 1983, é aprovada a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) da cidade, que a divide em duas grandes áreas: a urbana e a de expansão urbana. Essas áreas foram divididas nas seguintes zonas: residenciais; de atividades múltiplas; industriais; especiais; verdes; e institucionais.

Segundo Bitoun (2006), essa legislação enfatiza as redes viárias com o intuito de compor uma malha que possibilite uma distribuição mais regular de bens e prestação de serviços. Nesse sentido, a legislação cria zonas de diversas categorias e ainda procura controlar o uso do solo, criando taxas de ocupação, coeficiente de utilização e afastamento.

Durante esse mesmo período, algumas áreas pobres da cidade passaram a ser protegidas contra a especulação imobiliária através da instituição das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS,

porém foi só em 1987 que passaram a ser beneficiadas com ações de regularização urbanística e fundiária, com o Plano de Regularização das ZEIS – PREZEIS.

Em 1986, aconteceu o programa Prefeitura nos Bairros em que a população decidia as prioridades das ações municipais para suas comunidades. Nos anos de 1993 a 1996, a cidade passou por uma grande mobilização para discussão do seu Plano Diretor. Assim, ficou definido que o objetivo do Plano era preparar e induzir a cidade para uma nova economia urbana, revalorizando seus ambientes naturais e construídos e elevando a qualidade de vida da população. Esse Plano procurou fundamentar suas ações a partir da constituição de um sistema de planejamento da cidade, compartilhado entre sociedade civil e governo, tendo a parceria entre os setores públicos e privados como uma das principais estratégias de funcionamento.

Na década de 90, um conjunto de serviços públicos básicos começou a ser implantado com mais intensidade no Recife, porém, as principais obras viárias estavam concentradas no eixo sul da cidade. Em 2000, com o Orçamento Participativo (OP), foi ampliada a participação popular. Entre outras ações, o OP dirigia investimentos para um conjunto de obras voltadas para a pavimentação de ruas dos bairros pobres da cidade, além de realizar importantes intervenções de contenção de encostas nos morros.

Na Zona Norte, as margens do rio Beberibe receberam um conjunto de obras de requalificação do leito do rio e do seu entorno com o Programa de Infraestrutura de Baixa Renda da Região Metropolitana – PROMETRÓPOLE, realizado no período de 2003 a 2011, por uma parceria entre os governos federal, estadual e municipal. Para a Zona Oeste, por sua vez, criou-se a Lei Nº 16.719/2001 da

Área de Reestruturação Urbana (ARU) da Cidade do Recife: conhecida como a Lei dos Doze Bairros, ela limita a altura dos prédios nos bairros das Graças, Espinheiro, Casa Forte, Parnamirim, Tamari-neira, Aflitos, Monteiro, Santana, Jaqueira, Poço da Panela, Derby e Apipucos.

Na Zona Sul, foi feita a retirada das palafitas no bairro de Brasília Teimosa em 2003, assim como a reforma do calçadão de Boa Viagem e a inauguração do Parque Dona Lindu em 2008 e a primeira etapa da Via Mangue em 2011. No corredor leste, foi construída uma avenida paralela à Avenida Caxangá em 2004, denominada Avenida Maurício de Nassau, e também inaugurado um novo trecho da Avenida Beira Rio, na margem esquerda do rio Capibaribe.

Neste sentido, os autores consideram que

A Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife (Lei nº 14.511/83) com suas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), o Programa de Regularização das Zonas Especiais e Interesse Social (PREZEIS), o Orçamento Participativo e todo o conjunto de instrumentos jurídico-políticos para o zoneamento e gestão participativa instituídos pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal Nº 10.257/01) tem caminhado lado a lado com processos fragmentadores de valorização capitalista do espaço, muitos dos quais conduzidos pelo capital imobiliário (Santos; Gomes, 2016, p. 386).

Os dados dos assentamentos populares do município do Recife das últimas quatro décadas, conforme o Quadro 1, mostram uma realidade em que os moradores e as habitações em áreas pobres têm sofrido uma crescente elevação nos seus números a cada novo mapeamento. O mapeamento das Comunidades de Interesse Social – CIS, realizado em 2014, indicou a existência de um total de 545 CIS, ocupando cerca de 32,3% da área construída com um número

de moradia correspondente a 286.756 (60,9% da cidade), deixando evidente uma crescente elevação dos números ao longo do período.

ITENS	Cadastro dos Assentamentos de Baixa Renda	Cadastro dos Assentamentos Populares	Cadastro das Áreas Pobres	Mapeamento das Comunidades de Interesse Social
	1978 - 1980	1988 - 1991	1998 - 2000	2014
% sobre o Recife	8,1	15,1	15,6	20,4
% sobre o Recife construído	13,0	25,0	26,0	32,3
Moradias	103.700	166.170	191.450	286.756
% sobre o Recife	42,0	54,3	50,9	60,9
População estimada	518.600	630.850	727.510	817.538
% s/ Recife total	43,1	48,6	51,1	53,2

Quadro 1 . Assentamentos populares no município do Recife, Pernambuco, Brasil
Fonte: Prefeitura do Recife/Atlas das Infraestruturas Públicas em CIS do Recife, 2015.

Assim, o processo de urbanização no Recife tem implicado um inadequado planejamento urbano, o que ocasionou o agravamento das desigualdades socioespaciais, provocando uma série de consequências insustentáveis à vida urbana.

A CIDADE NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento é fundamental para compreendermos o mundo e orientarmos o enfrentamento dos problemas de nosso tempo. Desde a Revolução Industrial, a ideia de desenvolvimento esteve fortemente associada ao crescimento e à expansão econômica, o que é reconhecido na contemporaneidade como insustentável, por causa da “finitude dos recursos naturais e das

injustiças sociais provocadas pelo modelo de desenvolvimento vigente na maioria dos países” (Almeida, 2011, p. 42).

O debate sobre o desenvolvimento estava, em seu início, associado à questão biológica, porque se referia aos aspectos ecológicos e à capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas. Após a Segunda Guerra Mundial, a existência de um risco ambiental global passou a fazer parte das discussões internacionais, incluindo aspectos como: as consequências dos problemas radioativos decorrentes dos experimentos nucleares e detonação de bombas; a expansão da produção e da exploração econômica predatória dos recursos naturais; e os padrões de consumo e a apropriação desigual da natureza nos países ricos e pobres e entre os diferentes segmentos sociais.

A Primeira Conferência Mundial Sobre o Homem e o Meio Ambiente, ocorrida em 1972, em Estocolmo, e organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), passou a ser um referencial no debate sobre desenvolvimento sustentável. Na conferência, destacaram-se as críticas ao crescimento econômico e às tecnologias a ele associadas que não consideram a importância de uma crítica social.

A ONU realizou outras conferências e assembleias sobre o tema, dentre as quais, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), ocorrida em 1992, no Rio de Janeiro, também conhecida como a Rio 92, que consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46). Esta definição foi formulada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

(CMMAD), que concluiu, em 1987, o relatório denominado de Brundtland, sob o título “Nosso Futuro Comum”.

Centrando-se nos problemas relacionados ao meio ambiente e desenvolvimento, a Rio 92 colocou em evidência as questões da pobreza urbana e do custo econômico e social da degradação ambiental urbana, principalmente para as cidades do Terceiro Mundo (Grostein, 2001, p. 16). Além disso, aprovou um conjunto de documentos oficiais, tais como a “Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento”, a “Convenção sobre Mudanças Climáticas”, a “Declaração de Princípios sobre Florestas”, a “Convenção sobre a Biodiversidade” e a “Agenda 21”. Sobre esta última, a proposta foi que cada cidade fizesse sua Agenda 21 local com a participação de toda a população, tendo como diretrizes a articulação entre desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento urbano e a proteção ao meio ambiente. Outro importante desdobramento da Rio 92 foi a criação da Convenção da Biodiversidade e das Mudanças Climáticas, que resultou no Protocolo de Kyoto.

O conceito de desenvolvimento sustentável, conforme consolidado na CNUMAD, conseguiu sintetizar as dimensões sociais, econômicas e ambientais como componentes fundamentais desse desenvolvimento (Veiga, 2006, p. 191). O termo passou a ser assimilado com rapidez, tomando um novo valor, *“comparável a outros bem mais antigos, como justiça, liberdade ou igualdade”* (Veiga, 2017, p. 236), saindo de um processo de banalização à ostentação e passando a ser estratégia de propaganda empresarial.

Para exemplificar que a noção não está isenta de críticas e contestações, o coordenador da Rede de Formação Ambiental para a América Latina e Caribe do Programa das Nações Unidas

para o Meio Ambiente (Pnuma), Enrique Leff (2010, p. 1), afirma que “a disseminação da ideia de sustentabilidade veio acompanhada de uma saturação do seu sentido, e com ela uma banalização e também perversão do seu conceito”.

A Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente, realizada em Joanesburgo em 2002, teve o propósito de verificar o cumprimento dos compromissos definidos na conferência de 1992 e adotar medidas para viabilizar a sua realização. A Conferência de 2002 apresentou como resultado a formulação de acordos entre os países pertencentes às Nações Unidas, por meio de dois documentos: o Plano de Implementação e a Declaração Política. Entretanto, tal formulação foi bastante criticada por organizações ambientais, cujas expectativas eram a estipulação de prazos e metas para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

A Assembleia Geral da ONU, em 2015, ratificou a substituição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) e aprovou o documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, considerando-o como um plano de ação para colocar o mundo em um caminho mais sustentável e resiliente até o ano de 2030. Trata-se de um plano de ação que indica 17 objetivos e 169 metas para a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões. A proposta é que todos os países adotem medidas que promovam o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos, sem deixar ninguém para trás.

De acordo com o discurso proferido pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, na abertura da Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável: “A nova agenda é uma promessa dos líderes para a sociedade mundial. É uma agenda para acabar com

a pobreza em todas as suas formas, uma agenda para o planeta” (ONU, 2015).

Favareto (2019) considera que, no plano normativo, a melhor formulação de uma transição para a sustentabilidade encontra-se na Agenda 2030. Entretanto, baseado em estudos de Robert Constanza, o autor aponta para o fato de que “não se produziu uma teoria da mudança que sinalize por que caminhos isso pode ser alcançado – como combinar ações públicas e privadas ou como enfrentar o possível *trade-off* entre as várias dimensões da Agenda 2030” (Constanza *et al.*, 2015 *apud* Favareto, 2019, p. 174).

No contexto brasileiro, Favareto (2019) faz algumas considerações baseado no documento preparado pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, observando que, “na segunda metade desta década, o Brasil parece estar caminhando na contramão dessa tendência”. O autor ainda constata que “os dados do IBGE (2019) e do Banco Mundial (2019) atestam o aumento da pobreza” (Favareto, 2019, p. 174).

As metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) apresentam importantes desafios para os governos cumprirem os compromissos pactuados. Veiga (2017, p. 237) destaca vários pesquisadores, como as professoras Melinda Harm Benson (Geografia, Novo México) e Robin K. Craig (Direito, Utah), por considerarem pertinente que “*a invocação contínua da sustentabilidade nas discussões de políticas ignora as realidades emergentes, caracterizadas pela extrema complexidade, incerteza e mudança radical sem precedentes*”.

O Relatório Mundial sobre Cidades de 2022 mostra que a maioria das cidades não está conseguindo combinar produtividade econômica, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Além disso,

aponta que “qualquer visão para um futuro otimista das cidades deve incorporar um novo contrato social com renda básica universal, cobertura de saúde e habitação” (ONU-Habitat, 2022, p. 2).

O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR, 2023) aponta que 71,27% dos municípios brasileiros estão classificados com um nível de desenvolvimento sustentável “baixo” ou “muito baixo”. Os dados também indicam que nenhuma cidade alcançou o nível “muito alto” proposto pelo índice.

Baseado no IDSC-BR (2023), a pontuação média do Recife corresponde a 47,59 pontos, considerado um índice baixo e, na comparação com municípios de todo o país, ficou na posição 2.402 de 5.570. A comparação entre as capitais brasileiras aponta a cidade na 15ª colocação, enquanto na Região Metropolitana do Recife ocupa a 3ª posição.

De acordo com o IDSC-BR (2023), dos 17 ODS, o Recife obteve 8 com pontuação muito baixa, 2 com pontuação baixa, 2 com pontuação média, 4 com pontuação alta e 1 com pontuação muito alta. Sobre os ODS que se destacaram em cada grupo, identificamos o ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura (18,6%) e o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis (25,7%) como os pior pontuados, estando no nível muito baixo, e o ODS 13 – Ação Climática (85,03%) como o único classificado em nível muito alto.

Os indicadores, da maneira como estão expressos, permitem fazer uma boa leitura da cidade e ainda possibilitam fazer comparações com outros municípios. Contudo, as cidades são muito diversas entre si e as diferenças intraurbanas e o cumprimento de metas separadas são desafios que precisam ser melhor aprofundados para o alcance do crescimento urbano com bem-estar e conservação da natureza.

Portanto, de acordo com Favareto (2019, p. 174), é fundamental “uma alteração qualitativa na maneira como os recursos naturais – materiais, energia, capacidades ecossistêmicas – são transformados em bens e serviços voltados a satisfazer o bem-estar das pessoas”. Ou seja, para aplicar a transição ecológica ao contexto brasileiro é necessário que ocorram mudanças substanciais no modo de relação entre sociedade e natureza.

PADRÕES ESPACIAIS BASEADOS NAS CONDIÇÕES DOS ASSENTAMENTOS HUMANOS

Os padrões das condições de habitabilidade associados às condições dos assentamentos humanos foram determinados com base no Indicador de Habitabilidade (IH) proposto por Barros Filho (2009), o qual permite retratar, além das condições dos domicílios e dos seus moradores, aspectos básicos relacionados à qualidade de vida e à disponibilidade e cobertura dos serviços de infraestrutura básica. O IH é composto por dois conjuntos de índices: o primeiro agrupa as características do domicílio (condições de saneamento e de ocupação, e tipologia) e o segundo, as características das pessoas (condições de renda, educação e longevidade). Essas variáveis que o compõem são formadas por dados do Censo Demográfico dos setores censitários², atualizados em 2010.

2 “O setor censitário é a unidade territorial estabelecida para fins de controle cadastral, formado por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios que permitam o levantamento por um recenseador” (IBGE, 2010).

Os Sistemas de Informações Geográficas (SIG) abriram novos caminhos para as investigações ao utilizarem técnicas de mapeamento e análise de distribuição de eventos relacionados a fenômenos que ocorrem no espaço geográfico (Gesler, 1986). Nesse sentido, a análise espacial é um método que permite sintetizar e agrupar tópicos de muitos campos do conhecimento, podendo ser realizada com base em duas abordagens distintas: a abordagem inferencial, para compreender a situação atual dos dados e fazer conclusões gerais a partir de amostras representativas e a preditiva, que usa dados para estimar a previsão de comportamento futuro (Oshan *et al.*, 2019).

Utilizamos para esse estudo uma técnica de análise denominada Autocorrelação Espacial, que permite evidenciar a existência de uma interdependência espacial, identificando os padrões de valores semelhantes que possam indicar tendências de agrupamentos associados a fatores adjacentes. O Índice Global de *Moran*, por exemplo, é uma média global de autocorrelação espacial que, segundo Almeida (2012), testa se as áreas vizinhas apresentam associações espaciais existentes no conjunto de dados baseados em observações simultâneas.

A expressão para o cálculo do indicador, considerando a matriz de proximidade de ordem 1, é representada pela equação:

$$I = \frac{\frac{\sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n w_{ij} (y_i - \bar{y})(y_j - \bar{y})}{\sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n w_{ij}}}{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}$$

onde,

n : corresponde ao número de áreas;

y_i : é o valor do atributo considerado na área i , o valor médio do atributo na região de estudo;

w_{ij} : são os pesos atribuídos conforme a conexão entre as áreas i e j ; i e j : referem-se a diferentes unidades de área ou polígonos na região em estudo.

Empregamos também um indicador local de autocorrelação espacial *Local Indicators of Spatial Association* (LISA) para identificação de *clusters*, que são agrupamentos com valores de atributo similares, ou seja, a quantificação do grau de associação entre as diferentes localizações do fenômeno estudado e aglomerados de dependência que foram submetidos à função de um modelo de vizinhança preestabelecido. Nessa perspectiva, o LISA possibilita a identificação dos padrões significativos estatisticamente de associação espacial, apresentando os locais com altos ou baixos valores associados, que podem ser calculados considerando a matriz de proximidade de ordem 1 pela equação:

$$I_i = \frac{(y_i - \bar{y}) \sum_{j=1}^n w_{ij} (y_j - \bar{y})}{\frac{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}{n}}$$

onde,

w_{ij} : valor na matriz de proximidade para região i com a região j em função da distância;

x_i e x_j : são os valores dos atributos considerados nas áreas i e j ;

d : é distância entre pontos;

n : número de áreas (polígonos).

As técnicas de análise espacial permitem a análise estatística de forma simultânea de variáveis sociais, ambientais, territoriais,

econômicas e políticas, que atuam sobre determinada população e podem contribuir com a identificação de áreas vulneráveis onde o fenômeno estudado pode ocorrer com maior frequência, assim como a influência de cada variável na determinação da ocorrência desse evento.

Os resultados obtidos com essas classificações revelam algumas semelhanças importantes e proporcionam uma leitura da configuração socioespacial do Recife, revelando aspectos que influenciam essas características.

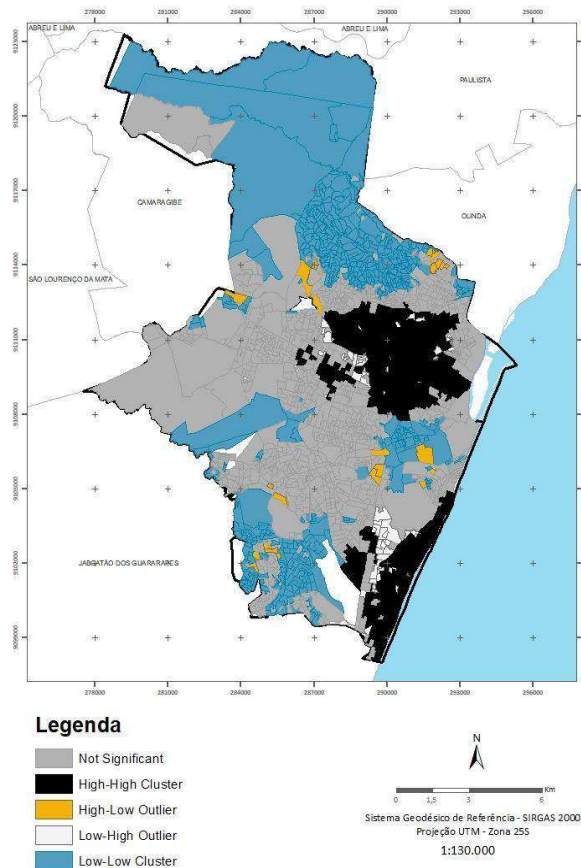


Figura 2. Mapa com a identificação de *clusters* do Indicador de Habitabilidade – IH
Fonte: Autores (2024).

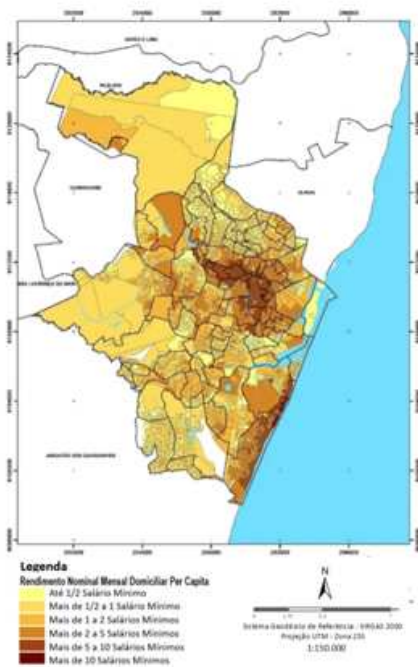
A análise do comportamento da estrutura de autocorrelação espacial, captada pelos padrões locais de associação sobre as condições dos assentamentos humanos apontado pelo Indicador de Habitabilidade (IH), evidencia forte presença de dois agrupamentos espaciais significativos e bem definidos para a cidade, conforme visto na Figura 2, sendo eles: High-High (HH) e Low-Low (LL). O primeiro é caracterizado por setores com valores altos, envolvidos por outros setores com valores semelhantes, indicando a concentração de áreas com os melhores Indicadores de Habitabilidade, enquanto o segundo envolve setores com valores baixos envolvidos por outros setores com valores semelhantes.

Sendo assim, as análises exploratórias desenvolvidas com os indicadores locais de autocorrelação espacial permitiram calcular a probabilidade da similaridade entre um dado de determinado setor censitário e sua vizinhança não ocorrer ao acaso, medindo o quanto o valor está acima ou abaixo da média. Com isso, ficou constatado a existência de áreas compostas por setores censitários que apresentaram dependência espacial, expressa pela composição de agrupamentos ou *clusters*, para as condições dos assentamentos apontadas pelo Indicador de Habitabilidade (IH).

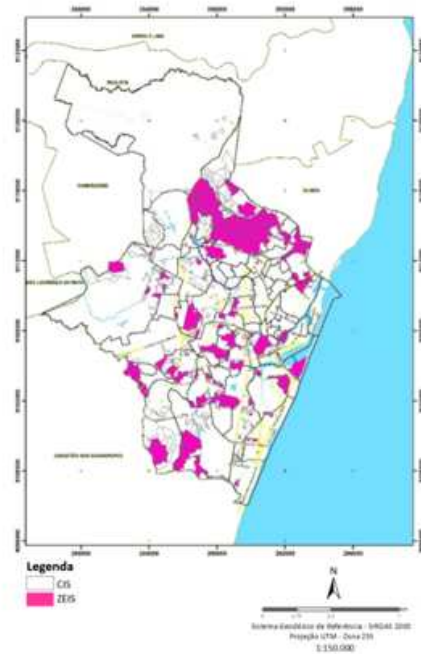
Os resultados socioespaciais proporcionados pelo Indicador de Habitabilidade demonstraram que, no Recife, há uma seletividade que marca fortemente as condições de desigualdade intraurbana no município. A leitura geral apresentada pelos agrupamentos

gerados pelo efeito de proximidade do LISA, visualizado pelo mapa de Moran Local, demonstra a concentração de áreas contínuas, dotadas de melhores condições de habitabilidade em detrimento de outras com baixas condições.

Os mapas abaixo contribuem para a interpretação do padrão socioespacial da cidade do Recife.



Fonte: Elaboração própria baseada em informações do IBGE/Censo 2010.



Fonte: Elaboração própria baseada em dados da Prefeitura do Recife (2018).

Figura 3. Renda domiciliar per capita

Figura 4. ZEIS e CIS

Os estudos realizados por Zechin e Holanda (2017) sobre a desigualdade socioespacial em cinco capitais de estados brasileiros (Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza e Goiânia), utilizando ferramentas de análise espacial, procuraram identificar estruturas

de correlação espacial que melhor representassem o padrão da distribuição de dados, tendo nas medidas de autocorrelação entre setores censitários um importante meio de constatação da dependência espacial e para a medição da segregação residencial. Esta, de acordo com Corrêa (2013), é decorrente das divisões de classe existentes na sociedade associada à uma política hegemonizada pela elite e os estratos superiores da classe média, cujo propósito é reforçar diferenciais de existência e de condições de reprodução desses grupos por meio da escolha das melhores localizações no espaço urbano, tornando-as exclusivas em razão dos elevados preços da terra.

O processo de urbanização no Recife não foge à regra da maioria dos municípios brasileiros, onde o agravamento das desigualdades socioespaciais provoca uma série de consequências insustentáveis à vida urbana, sendo a sua repercussão motivo para a existência de grandes aglomerados urbanos com inadequadas condições de habitação e acesso precário aos serviços públicos. Para Grostein (2001), a pobreza nas metrópoles brasileiras é decorrente de um espaço dual de concentrações distintas: por um lado, a cidade formal concentradora dos investimentos públicos e dos agentes privados e, por outro lado, a cidade informal constituída com pouco ou nenhum atributo de urbanidade.

A respeito do espaço, Santos (1985, p. 21) o considera “como um mosaico de elementos de diferentes eras” que “sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade”, sendo inseparável a noção de espaço da ideia de sistemas de tempo. Assim, os métodos de análises de estatística espacial nos permitiram compreender a cidade nos seus aspectos mais gerais e, ao mesmo tempo, consi-

derar as diferenças locais, permitindo pontuar os elementos que a compõem e suas inter-relações.

Nesse viés, estiveram mais diretamente intrínsecas na nossa análise as questões relacionadas às condições dos assentamentos humanos (ODS 1 – Erradicar a Pobreza; ODS 6 – Água potável e Saneamento; ODS 10 – Reduzir as Desigualdade; e o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis), as quais estão incorporadas à dimensão territorial para o desenvolvimento sustentável e permite um olhar multivariado e integral.

Em concordância com Sachs (2004), Corrêa (2005), Maricato (2008), Castilho (2017), Santos e Gomes (2016), a questão territorial é um componente fundamental na discussão da produção do espaço urbano e das desigualdades socioespaciais ratificadas para o nosso estudo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos identificados na literatura indicam que o rápido processo de urbanização em uma economia dependente, como a do Brasil, marcou estruturalmente a nossa sociedade. Este percurso exige uma análise de como se conformaram os interesses dos grupos agrários tradicionais com os dos grupos industriais, os quais se apropriaram do Estado e excluíram a maior parte da população das vantagens da modernização.

Nesse sentido, o processo de industrialização resultou em uma concentração espacial moderna sem o direito à modernidade e em uma urbanização sem o direito à cidade, situação que se agrava e mantém as históricas desigualdades e injustiças socioespaciais, inerentes ao modo de produção capitalista no Brasil.

Para este ensaio, a análise estatística espacial apoiada no uso da autocorrelação proporcionou resultados significativos referentes aos padrões socioespaciais da cidade, mostrando a existência de *clusters* nos assentamentos humanos com expressivos agrupamentos polarizados, representados por áreas com altas e baixas condições de habitabilidade, especialmente nas ZEIS e CIS, demonstrando diferenças socioespaciais significativas na cidade.

O quadro de desigualdades nos arranjos socioespaciais dos assentamentos humanos da cidade é dispar e estruturalmente heterogêneo, formado por desigualdades intraurbanas demonstradas pelas condições dos assentamentos em locais sem provimento de infraestrutura básica. Desse modo, considerando as perspectivas dos ODS, cabe indagar: quais as diretrizes devem ser levadas em conta no desenho das estratégias de inclusão em contextos como o do Recife?

As várias iniciativas políticas precisam ser capazes de conjugar a realização de ações que possibilitem o acesso à infraestrutura, moradia digna, educação, saúde, renda e outros serviços, com a expansão das bases materiais, do bem-estar e da conservação ambiental. A incorporação da unidade territorial como instrumento de focalização ou como unidade de intervenção é fundamental para realização de programas que tenham a intersectorialidade e participação como elementos centrais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. T. *A luta dos movimentos sociais urbanos: criação e manutenção do PREZEIS*. In: II Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 2006, Florianópolis. *Anais [...]* Florianópolis: Lutas Sociais na América Latina, 2006.

ALMEIDA, E. *Econometria espacial aplicada*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2012;

ALMEIDA, J. *A modernização da agricultura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011

BAGGIO, U. da C. *A Desigualdade em Perspectiva Socioespacial: Notas e Reflexões em Torno de uma Realidade Compressiva e Conflitual*. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, São Paulo, v. 9, p. 564-603, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/realidade-compressiva-e-conflitual>. Acesso em: 23 mar. 2019.

BANCO MUNDIAL. *Effects of the business cycle on social indicators in Latin America and the Caribbean: when dreams meet reality*. Washington, D.C.: 2019. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/0c561fad-3c6e-5bbd-8480-0733db44e12b>. Acesso em: 25 mai. 2022.

BARROS FILHO, M. N. M. *Escalas da Diversidade Intraurbana*. Recife: Editora Bagaço, 2009.

BERNARDES, D. *Recife: o caranguejo e o viaduto*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

BITOUN, J. *Impactos Socioambientais e Desigualdade social: vivências diferenciadas frente à mediocridade das condições de infra-estrutura da cidade brasileira: o exemplo do Recife*. In: MENDONÇA, F. *Impactos socioambientais urbanos*. Curitiba: Editora da UFPR, 2006.

BRASIL. Proposta de lei 5788/90, de 9 de outubro de 1990. Estabelece diretrizes gerais da Política Urbana e dá outras providências. Distrito Federal: Senado Federal, 1990. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/21252>. Acesso em: 12 ago. 21.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 24 maio 2021.

BRASIL. *II Plano Nacional de Desenvolvimento*. Presidência da República, Brasília, setembro de 1974. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/24>. Acesso em: 16 mar. 2019.

CANO, W. *Ensaio sobre a crise urbana do Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

CASTILHO, C. J. M. de. Do (Des)respeito à complexidade ambiental no processo de formação do território brasileiro. In: Galvêncio, J. D.; Oliveira, V. S. de; Souza, W. M. de. (Org.). *Mudança climática, sociedade, cidade e meio ambiente*. Recife: Editora UFPE, 2017.

CEZAR, M. do C.; COSTA, L. P. *Lutas Populares por Habitação: Mocambos, Cortiços e Vilas Operárias em Recife e São Paulo - Breve Histórico*. Recife: FASE, 1992. Disponível em: <https://www.worldcat.org/title/lutas-populares-por-habitacao-mocambos-corticos-e-vilas-operarias-em-recife-e-sao-paulo/oclc/32303725/editions?referer=di&editionsView=true>. Acesso em: 6 maio 2019.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONSTANZA, R. *et al.* An overarching goal for the UN Sustainable Development Goals. *Situations*, Seoul, v. 5, n. 4, p. 13-16, 2015. Disponível em: <https://openresearch-repository.anu.edu.au/handle/1885/60900>. Acesso em: 2 fev. 2019;

CORRÊA, R. L. Processos Espaciais e a Cidade. In: CORRÊA, R. L. *Trajetórias Geográficas*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 132-133.

CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M.; VASCONCELOS, P. de A. *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013.

FAVARETO, A. A dimensão territorial do desenvolvimento brasileiro recente e os vetores de uma transição ecológica nos marcos da Agenda 2030. Informe GEPEC, Toledo, v. 23, p. 172-190, 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/22752>. Acesso em: 12 ago. 2020.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4408001/mod_resource/content/1/FERNANDES-Florestan_A%20integra%C3%A7%C3%A3o%20do%20negro%20na%20sociedade%20de%20classes_cap-1.pdf. Acesso em: 6 jan. 2018.

GESLER, W. *The uses of spatial analysis in medical geography: A Review*. Social Science & Medicine, [s.l.], v. 23, n.10, p. 936-773, 1986. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/92762/ushizima_tm_me_rcla_prot.pdf?sequence=1. Acesso em: 7 ago. 2020.

GOMES, E. C. S. *Recortes de paisagens na cidade do Recife: uma abordagem geográfica*. Recife: Ed. Massangana, 2007.

GROSTEIN, M. D. *Metrópole e expansão urbana - a persistência de processos "insustentáveis"*. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 13-19, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000100003>. Acesso em: 6 ago. 2021. Acesso em: 3 maio 2020.

HOLANDA, F. de; ZECHIN, P. *A espacialização da desigualdade*. Cadernos Metrôpole, São Paulo, v. 21, n. 44, p. 55-78, jan/abr 2017. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sesses_Tematicas/ST%208/ST%208.5/ST%208.5-04.pdf. Acesso em: 8 jan. 2020.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. *O Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR)*. São Paulo: Instituto Cidades Sustentáveis & Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável, 2023. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>. Acesso em 27 de dez. de 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 1940*. Rio de Janeiro: IBGE, 1940. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=765&view=detalhes>. Acesso em: 16 mar. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 1950*. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/?id=767&view=detalhes>. Acesso em: 16 mar. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html>. Acesso em: 16 mar. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Setores Censitários*. Rio de Janeiro: Coordenação de Estruturas Territoriais - IBGE, 2010. Disponível em: <https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/cdb721a0-2d5d-45eb-9764-b831eb0b576e>. Acesso em: 18 jan. 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/18354-regioes-metropolitanas-aglomeracoes-urbanas-e-regioes-integradas-de-desenvolvimento.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 30 jul. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 27 dez. 2023.

IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Capitalismo periférico e atraso econômico é tema de seminário no Ipea: Economista Matias Vernengo foi convidado como palestrante. Ipea, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13883-capitalismo-periferico-e-atraso-economico-e-tema-de-seminario-no-ipea>. Acesso em: 17 jan. 2024.

LACERDA, N.; ZANCHETI, S. M.; DINIZ, F. *Planejamento metropolitano: uma proposta de conservação urbana e territorial*. *Revista de Estudios Urbano Regionales*, Santiago, v. 26, n.79, p. 77-94, 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612000007900005>. Acesso em: 11 jan. 2020.

LAGO, A. A. C. do. *Estocolmo, Rio, Joanesburgo: O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas*. Brasília: Funag, 2006.

LEFF, E. *Entrevista: Enrique Leff*. *Revista Página 22*, São Paulo, ed. 43, 2010. Disponível em: <http://pagina22.com.br/index.php/2010/07/entrevista-enrique-leff/>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MARICATO, E. *Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras*. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n.4, p. 21-33, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000400004>. Acesso em: 6 abr. 2022.

MELLO, E. C. de. Canoas do Recife. In: MAIOR, M S; SILVA, L. D. (Org.) *O Recife: quatro séculos de sua paisagem*. Recife:. Editora Massangana, 1992.

OLIVEIRA, M. F. A teoria do desenvolvimento e a problemática da urbanização na América Latina: uma primeira aproximação. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v.16, n.2, p.167-184, 2014. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/download/4846/4663/10415>. Acesso em: 21 abr. 2020.

OSHAN, T. M. *et al.* Geographically Weighted Regression for Investigating Process Spatial Heterogeneity and Scale. *International Journal of Geo-Information*, Basileia, v. 8, n. 269, p. 1-31, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijgi8060269>. Acesso em: 2 fev. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Agenda de Desenvolvimento Sustentável é adotada por unanimidade pelos 193 Estados-membros da ONU. Nações Unidas Brasil, 25 setembro 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/70886-agenda-de-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-%C3%A9-adotada-por-unanimidade-pelos-193-estados-membros-da>. Acesso em: 16 jun. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT). *Relatório das Cidades Mundiais 2022*. Disponível em: <https://unhabitat.org/wcr/>. Acesso em: 5 fev. 2023.

PREFEITURA DO RECIFE. *Atlas das Infraestruturas Públicas em em Comunidades de Interesse Social do Recife*. Recife: Prefeitura do Recife, 2015. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1h_AFynVcMiLqC96F3MOKGA8mwS2u-3Em/view. Acesso em: 28 set. 2020.

PREFEITURA DO RECIFE. *Comunidade de Interesse Social*. Arquivos/material de Referência, 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1C8UsleVMvjerlbwWp9N0EDxml1gP3VYM/view>. Acesso em: 11 out. 2020.

PREFEITURA DO RECIFE. *Zona Especial de Interesse Social: Plano Diretor do Recife*. Arquivos/material de Referência, 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1E2vOICotpEvC7ofnXfiX_iPH3ynb1b_c/view. Acesso em: 11 out. 2020.

RECIFE. *Lei Municipal nº 16.719, de 30 de novembro de 2001*. Cria a Área de Reestruturação Urbana – ARU, composta pelos bairros Derby, Espinheiro, Graças, Aflitos, Jaqueira, Parnamirim, Santana, Casa Forte, Poço Da Panela, Monteiro, Apipucos e parte do Bairro Tamarineira, estabelece as condições de uso e ocupação do solo nessa área. Recife: 2001. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2001/1672/16719/lei-ordinaria-n-16719-2001-cria-a-area-de-reestruturacao-urbana-arU-composta-pelos-bairros-derby-espinheiro-gracas-aflitos-jaqueira-parnamirim-santana-casa-forte-poco-da-panela-monteiro-apipucos-e-parte-do-bairro-tamarineira-estabelece-as-condicoes-de-uso-e-ocupacao-do-solo-nessa-area>. Acesso em: 12 ago. 2021.

RECIFE. *Lei Municipal nº 14.511, de 17 de janeiro de 1983*. Define Diretrizes para o Uso e Ocupação do Solo, e dá outras providências. Recife: 1983. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/1983/1452/14511/lei-ordinaria-n-14511-1983-define-diretrizes-para-o-uso-e-ocupacao-do-solo-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 12 ago. 2021.

REYNALDO, A.; ALVES, P. R. M. *Origem da expansão do recife: divisão do solo e configuração da trama urbana*. In: Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo, 5., Barcelona. *Anais [...]* Barcelona: Departamento de Urbanismo e Ordenació del Territori. Universidade Politècnica da Catalunya, 2013. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/handle/2099/14495>. Acesso em: 11 jul. 2020.

SACHS, I. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Editora USP, 2005.

SANTOS, O. A. A.; GOMES, E. T. A. A questão do desenvolvimento e os desdobramentos recentes do processo de fragmentação do espaço urbano em Recife/PE - o caso do 'Projeto Novo Recife'. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 36, p. 398, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/42801>. Acesso em: 4 mar. 2019.

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SPOSITO, M. E. B. *A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais*. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. J. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, p. 123 -146, 2012.

TAVARES, M. da C.; BELLUZZO, L. G. de M. Notas Sobre o Processo de Industrialização Recente no Brasil. *Revista de administração de empresas*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 7-16, 1979. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S003475901979000100001>. Acesso em: 6 ago. 2018.

VEIGA, J. E. da. *Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.

VEIGA, J. E. da. A Primeira Utopia do Antropoceno. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo. v. 20, n. 2, p.233-252, abr.-jun 2017. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/asoc/a/Pq3GMVM4Lz9yKNdS3RJZB5D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 maio 2020.

VILLAÇA, F. *Espaço intraurbano no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/ FAPESP/ Lincoln Institute, 2001.

ZECHIN, P. D. A. V.; HOLANDA, F. R. B. A espacialização da desigualdade. In: ENANPUR, 17., 2017, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: [s. n.], 2017. p. 1-20. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2236>. Acesso em: 18 mar. 2024.